

A gestão pedagógica nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum (1912-1930)

*Talitha Estevam Moreira Cabral **

*Denilson Santos de Azevedo***

The educational management in the early years of the School Group Silveira Brum (1912-1930)

* Graduada em licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é pós-graduanda do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

** Doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP). É professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, e em cursos de graduação.

RESUMO: O presente artigo investiga a gestão pedagógica do Grupo Escolar Silveira Brum (GESB) da cidade de Muriaé/MG no início do século XX, e sua importância para a instalação de uma nova cultura escolar no município. O período abordado faz um recorte entre os anos de 1912, ano de criação do educandário, e 1930, fim do período da Primeira República. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema ao mesmo tempo em que foi feita uma análise das fontes encontradas nos arquivos. Durante o processo de criação e expansão dos Grupos Escolares, a gestão pedagógica passa a ser fator relevante para o sucesso dos Grupos, a figura do inspetor e do diretor passa a ser vista como um importante agente na institucionalização da cultura escolar inovadora que se apresenta nesse contexto. Em Muriaé, a inauguração do GESB estabeleceu um novo modelo escolar de educação a fim de atender às especificidades trazidas com a proclamação da República.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo escolar; inspetor escolar; diretor escolar.

ABSTRACT: *This paper investigates the pedagogical management of the School Group Silveira Brum (GESB) City Muriaé / MG in the early twentieth century, and its importance for the installation of a new school culture in the city. The period covered is an indentation between the years 1912, year of creation of primary school and 1930, end of period of the First Republic. We performed a literature search on the topic at the same time that an analysis of the sources found in the archives. During the process of creation and expansion of School Groups, the educational management becomes a relevant factor for the success of the groups, the figure of the inspector and the director is now seen as an important agent in the institutionalization of innovative school culture that is presented in Examples. In Muriaé, the inauguration of the GESB established a new school model of education to meet the specific needs brought about by the proclamation of the Republic. The educational management in the early years of the school group Brum Silveira (1912-1930).*

KEYWORDS: *School Group, School Inspector, School Director.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito realizar um estudo a respeito da gestão pedagógica desenvolvida no Grupo Escolar Silveira Brum (GESB), primeira instituição pública seriada da cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1912 e 1930. O GESB teve um papel importante para a instalação de uma nova cultura escolar no município, pois serviu como referência para as futuras escolas públicas que estão em processo de implementação.

Para a consecução desta pesquisa foi realizada uma investigação bibliográfica a fim de conhecer o processo histórico da constituição desse estabelecimento de ensino e dos profissionais responsáveis pela organização e sistematização das funções pedagógicas e disciplinares nos grupos escolares, destacando, em particular, os diretores e os inspetores escolares. Além disso, foi feita uma análise de fontes documentais encontradas no Arquivo Público Mineiro, na cidade de Belo Horizonte, no Arquivo Público do Município de Muriaé e no acervo existente na atual Escola Estadual Doutor Silveira Brum.

Após o levantamento bibliográfico, foi possível constatar que essa nova forma de organização da escola primária, instituída por meio dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais, teve início com a Reforma Educacional implantada durante a presidência de João Pinheiro, no governo do Estado, em 1906.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesse novo modelo educacional, o ensino passou a ser organizado em classes seriadas, na qual as crianças passaram a ser agrupadas de acordo com o nível de conhecimento, tendo um docente responsável por cada turma. Com a maior organização e divisão do trabalho nos estabelecimentos de ensino, surgiu a necessidade de se vistoriar as atividades que eram realizadas dentro dos Grupos.

Para a fiscalização das práticas pedagógicas preconizadas para esse novo modelo educacional, era preciso que tivesse alguém dentro da escola ca-

paz de gerenciar, sistematizar e organizar os processos educativos. Em função dessa necessidade, surge o cargo de diretor escolar. Cabia a essa figura fazer a interlocução junto ao governo estadual e seus representantes e implantar as diretrizes administrativas e pedagógicas determinadas por essa esfera nos grupos. Dessa maneira, alguém se tornaria responsável pelo funcionamento desses estabelecimentos de ensino. Conforme Faria Filho (2000),

(...) a criação da função de direção dos grupos escolares significava um momento do processo de introdução, na educação primária, de formas mais racionais de ensino, controle e administração inspiradas nos processos de organização do trabalho fabril (FARIA FILHO, 2000, p. 95).

Nesse cenário, era função do diretor, além do zelo pela instituição de ensino sob seu comando, ter a iniciativa para a construção dessa nova cultura escolar mais racional, capaz de difundir novas práticas, ideias, princípios, hábitos e ritos institucionalizados pela nova organização política da sociedade republicana, em processo de implementação.

Os diretores passam, então, a ser os principais responsáveis pelo fracasso ou sucesso das instituições que cuidavam. Dentre as atribuições desta categoria profissional destacam-se, no art. 26 da Reforma de 1906, “(...) fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários que servirem sob sua direção, solicitando do inspetor escolar as providências necessárias, que esse, por sua vez, pedirá ao governo quando fora da sua alçada” (FARIA FILHO, 2000, p. 95).

Além da figura do diretor como fiscalizador das práticas pedagógicas implementadas nos grupos, foi intensificada a fiscalização nas escolas, por meio da presença de inspetores, que eram responsáveis por monitorar e controlar o ensino. Faria Filho (2000, p. 93) relata essa situação dizendo que “(...) a inspeção foi um dos pilares de qualquer sistema de ensino que se auto-identificasse como moderno ou renovador, sendo um importante agente na institucionalização da cultura escolar os inspetores de ensino”.

Essa figura dos inspetores tornou-se necessária no sentido de garantir uma fiscalização maior e mais detalhada das práticas educacionais realizadas nos grupos escolares, servindo, de certo modo, como mediador dos interesses

educativos governamentais e o funcionamento dos mesmos nas escolas. De acordo com Gonçalves (2006),

(...) a inspeção do ensino tinha na figura do inspetor escolar o ponto de ligação entre o poder do governo e a realidade local das escolas. O inspetor, no lugar privilegiado que ocupava, além de conhecer as proposições e interesses de quem estava governando, de um lado, e o que se praticava nas escolas, de outro, intercedeu em favor das duas realidades (GONÇALVES, 2006, p. 28).

Era ainda função dos inspetores fazer cumprir fielmente o regimento das escolas; aconselhar e estimular a frequência das crianças; promover a adoção e a generalização dos melhores métodos de educação física, moral e intelectual, respeitando os programas oficiais; admoestar e repreender os professores pelas suas faltas; lavar nos livros competentes o termo de visita à escola, observando miudamente o que lhe parecia digno de louvor ou de censura; reclamar da Inspetoria Geral as medidas que entendia como conducentes ao bom andamento das escolas; dirigir ao inspetor geral um relatório trimestral em que prestava conta da inspeção feita com as observações que julgava necessárias e ter em ordem o arquivo de sua delegacia.

No período abordado na pesquisa, a inspeção estava dividida em duas esferas: a técnica e a administrativa. A inspeção técnica, cuja criação foi permitida no art. 18 da lei n.º. 439, de 28 de setembro de 1906, deveria ser realizada por agentes de confiança do governo, indicados pelo Presidente do Estado de acordo com a competência, tanto moral quanto profissional. Estes inspetores ambulantes, como eram chamados, frequentavam as circunscrições que lhes eram designadas pela Secretaria de Interior e permaneciam nestas por, no máximo, seis meses. Todas as informações anotadas pelos inspetores durante a visita aos Grupos eram enviadas à Secretaria de Interior:

(...) os relatórios que os inspetores encaminhavam ao secretário do Interior eram, em geral, extensos e detalhados, trazendo não somente a descrição das visitas feitas, mas, também, uma ingerência do inspetor

no funcionamento da aula e da organização da escola. Além de ser interessante o teor desses relatórios, continham também muitas informações sobre as escolas, possibilitando ao Poder Público o conhecimento do estado de funcionamento de cada uma delas e, bem assim, da situação da instrução pública no Estado (GONÇALVES, 2006, p. 30).

Já a função de inspetor administrativo era exercida pelo inspetor escolar municipal. Cabia a eles repassar todas as informações que lhe fossem solicitadas pelo governo; comunicar sobre os cargos vagos de professores; propor ao governo a criação ou suspensão do ensino por meio da criação de escolas; dar posse aos professores primários, justificar as faltas dos professores nos estabelecimentos de ensino e conceder licença por período de até trinta dias; nomear examinadores, fiscalizar os exames e promover os alunos; abrir, numerar e rubricar livros das escolas públicas; participar de festejos nas escolas e atestar o exercício das professoras das escolas isoladas.

Dessa forma, pode-se dizer que esses profissionais tiveram uma grande contribuição no processo de gestão pedagógica e administrativa das escolas, dando um importante suporte ao trabalho do diretor. Além disso, o trabalho realizado pelos inspetores foi, de modo geral, uma alternativa para vistoriar e controlar as atividades dos professores, tanto nos critérios referentes à moral quanto no que diz respeito ao profissionalismo e à competência de ensino. Assim, a inspeção nos grupos poderia significar uma maneira de interligar a Secretaria de Ensino às escolas, garantindo o acesso às informações referentes aos trabalhos pedagógicos vivenciados nestes educandários.

Com base nessa ideia de fazer da inspeção uma ponte entre o Estado e as escolas, o Regulamento da Instrução Primária de 1906 traz as incumbências destes profissionais responsáveis pela gestão pedagógica e administrativa dos grupos escolares. Em seu livro, “*Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*”, Gonçalves (2006) sistematiza as funções dos inspetores técnicos e dos diretores. No Quadro 1 podemos fazer uma comparação entre algumas das competências desses profissionais:

QUADRO 1 – Comparação entre as competências dos inspetores e dos diretores dos grupos escolares

Competência dos inspetores Técnicos	Competência dos(as) Diretores(as)
<p>Art. 198 – São deveres e atribuições:</p> <p>§ 1º - Visitar com frequência todas as escolas da circunscrição que lhes for designada.</p> <p>§ 5º - Verificar se o programa do ensino primário está fielmente praticado.</p> <p>§ 7º - Assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto reputar necessário modificar no método por ele seguido.</p> <p>§ 9º - Verificar se está regular a divisão de classes e se os horários estão bem observados e rubricar os cadernos de trabalhos mensais.</p> <p>§ 15º - Fiscalizar a observância rigorosa da legislação do ensino, apontando suas faltas e defeitos na prática.</p> <p>§ 16º - Enviar, no fim de cada quinzena, ao secretário do Interior, um relatório sistemático da inspeção que tiver feito.</p>	<p>Art. 24 – Cada grupo terá, além de um professor para cada classe em que se dividir o curso, um diretor incumbido de sua superintendência administrativa e técnica, que será especificada em regimento especial.</p> <p>Art. 25 – No grupo de menos de oito cadeiras, o cargo de diretor será exercido por um dos professores, cumulativamente.</p> <p>Art. 26 – Compete ao diretor do grupo fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários que servirem sob a sua direção.</p> <p>Art. 27 – As diretorias dos diversos grupos deverão se considerar como elementos da inspeção geral do ensino e, portanto, fontes de informação e de esclarecimentos à disposição do Governo.</p>

Fonte: Gonçalves (2006, p. 101).

Este quadro apresenta sinteticamente as tarefas designadas a cada gestor. Após a leitura do mesmo e a reflexão sobre as demais informações presentes na literatura produzida a respeito dessa temática, passamos a analisar os documentos oriundos dos arquivos visitados, a fim de conhecer como se deu a gestão pedagógica no GESB.

3. A GESTÃO PEDAGÓGICA NO GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM

José Gonçalves Couto foi o primeiro diretor do educandário, permanecendo neste cargo por vinte e quatro anos (1912-1936). Nos relatórios enviados por ele à Secretaria do Interior percebemos a distinta atenção dada às questões relacionadas com as práticas pedagógicas, de modo a garantir que a disciplina e a ordem sempre fossem cumpridas nas salas de aula.

No caso específico do GESB, identificamos a intensa preocupação em se averiguar a competência docente no exercício da profissão, por meio de diferentes documentos, como ofícios de licença, de contratação, termos de compromisso e, ainda, regimentos internos que trazem registro das ocorrências e do comportamento desses profissionais. Tais informações eram encaminhadas, notificadas ou arquivadas, com maior ou menor abundância de detalhes e de fontes.

Com base nos estudos realizados, podemos supor que essas informações tinham a intencionalidade de disciplinar o trabalho dos professores e a postura dos alunos. Foucault (1999) caracteriza a disciplina enquanto práticas de controle ao:

(...) tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), à atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), à maneira de ser (grosseira, desobediência), aos discursos (tagarelice, insolência), ao corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira) e à sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 1999, p. 149).

Nesse sentido, o diretor se pautava, principalmente, nesses elementos a fim de garantir o sucesso das atividades no educandário. Para exemplificar a preocupação em disciplinar os alunos e professores do Grupo, encontramos no relatório do movimento escolar, relativo ao ano de 1914, a caracterização da atuação de cada um dos mestres, referindo-se à ordem, à obediência e a trabalhos realizados. Constantes e duras críticas eram feitas com relação às atitudes de alguns. Os únicos elogios destinados aos docentes foram feitos à Julieta Macedo e Estephania do Patrocínio, quando disse que “em suas classes há sempre muito boa ordem e irrepreensível disciplina”.

Sobre os demais, o diretor faz críticas negativas e objeções para a mudança de postura em sala de aula. Exemplo disso é a observação feita sobre uma professora que, segundo ele, não desempenhou corretamente as tarefas do cargo porque “em consequência de grave enfermidade ficou (...) com as faculdades mentaes um tanto enfraquecidas”. Críticas foram feitas também a um outro profissional, relatando que, “apesar de zeloso, este professor deve (...) cultivar melhor o seu espírito.” Com essa afirmação, é possível perceber a exigência do diretor em obter o melhor resultado possível dos professores, não bastando que eles atendessem a apenas algumas características pré-determinadas, mas que eles acertassem em todas as suas atitudes, carregando um perfil coerente com o proposto pelo Grupo.

Outro relato contido nesse mesmo documento já demonstra o início de uma grande discussão que se tornou mais tarde, em torno do caso de um professor que se ausentava constantemente sem justificativa e desrespeitava a ordem do diretor. Nesse caso, Gonçalves Couto só aponta críticas ao docente, que segundo ele:

(...) de todos os professores é o que mais dissabores, aborrecimentos e trabalho tem me dado. A sua classe é indisciplinadíssima, formando um verdadeiro contraste com as outras. Os alunos da mesma, meigos e dóceis, tornaram-se insolentes e grosseiros. O mal está no professor que gasta todo o tempo, excepto quando eu estou em sua classe, a passar-lhes grassa de composição. O effeito é que os alumnos divertem-se com estes excessos do professor, que bate com os pés no sovalho, mette a régua na mesa, grita como um louco, tornando-se assim ridículo aos discípulos (...) (Relatório do Movimento do Grupo Escolar de Muriaé, 1915, s/p).

As insatisfações do diretor com relação a esse profissional já haviam sido apresentadas à Secretaria de Interior por meio de ofícios criticando a imprudência, a irresponsabilidade e a falta de assiduidade do professor.

Como resposta às acusações de Gonçalves Couto, o referido docente envia uma carta à mesma Secretaria, em 2 de maio de 1916, se justificando e se defendendo das críticas do então diretor:

Peço licença a V. Excia para defender-me de tão gravez acusações. Em resposta ao §I- deixar de dar aula sem causa justificada, - nunca deixei de cumprir este §, e, uma ou outra vez jamais deixei de comunicar, por escrito, ao senhor José Gonçalves Couto (...). Quanto ao §II- ausentar-se da localidade sem licença da auctoridade competente, - jamais o fiz (...) §IX - deixar de executar as instrucções que lhe forem dadas pelos inspectores e auctoridades escolares, - vou explicar. Tendo detido depois da aula dois meninos reincidentes, por espaço de 10 minutos, mandei-os, em paz, após esse tempo. Eis que, chegando os meninos á porta, o excelentíssimo senhor director do Grupo Escolar, fel-os voltar em altos brados acompanhados de gritos descortezes, ordenou-me, impondo-me, que voltasse com os meninos para a aula. O artigo 414 § VI diz que: - Reclusão na escola depois de concluídos os trabalhos escolares, sob a vigilância dos professores, pelo espaço máximo de meia hora. Ora, Exm° Sr., quem pode dispor do Maximo, pode dispor do mínimo. Alem disso, o referido director do grupo exautorou-me duplamente: 1° por ter feito os alumnos voltarem da porta da rua, contrariando a minha ordem, publica e ostensivamente; 2° por ter-me ordenado, impondo-me arbitrariamente em frente aos alumnos que voltasse também para a aula (...) Diante disso (...) tomei o chapéo e retirei-me. Este desagradável incidente poderia ter sido evitado si o Exmo. Director chamasse-me da porta da rua e me fizesse ver, em particular a conveniência de voltar a aula (...).

Peço licença para ponderar que neste caso o Regulamento diz: Art. 73 §5°- Observar sempre em particular aos professores as irregularidades do ensino e disciplina, verificadas nas suas classes ou fora d'ellas (Livro de Officios, 1916, s/p).

Outra ocorrência, notificada pelo director à Secretaria do Interior foi o caso de um professor ter-se demorado muito em justificar suas ausências:

O Sr. Director do Grupo Escolar de São Paulo do Muriahé reitera a reclamação feita contra o professor adjunto interino, Francisco Nelson Monteiro de Castro, que está ausente do estabelecimento, sem licença, há 2 mezes e alguns dias (...) tendo estado em Leopoldina regressou a Muriahé, onde aceitou um lugar de professor na Escola Normal (...) Vê agora V. Excia. que o professor Nelson persiste no desrespeito do regulamento, abrindo péssimo precedente junto aos seus colegas (Livro de Offícios, 1915, s/p).

Vê-se nesse relato a preocupação do diretor na repercussão da atitude do docente, que dá mau exemplo aos outros professores, abrindo um sério precedente disciplinar. Sobre essa questão, o diretor recebe o seguinte aconselhamento do inspetor a respeito do que fazer diante dessa situação: “(...) o que convém é um officio enérgico ao professor, obrigando a legalizar a sua ausência e a entrar em exercício, sob pena de ser exonerado. F. Matta. (Inspetor de Ensino)”.

A carta remetida ao professor apresenta mais ou menos esse mesmo teor, ao solicitar que ele cumpra com a obrigação de

(...) legalizar, sem demora, a vossa situação junto do Grupo Escolar reassumindo o vosso cargo e justificando a vossa irregular ausência, a fim de que não seja o governo obrigado a lançar mão de medidas mais enérgicas (Américo Lopes, 11 de maio de 1915).

A justificativa apresentada pelo docente foi que este precisou viajar até a cidade vizinha para resolver assuntos particulares. Contudo, essa não foi uma resposta aceita por um dos representantes da Secretaria do Interior, que escreveu em officio:

Vê V. Excia que o attestado não justifica toda ausência anterior (...) Officiar-se-á, então, ao professor para justificar a ausência (...) não convindo que se afaste mais do exercicio. Nesse officio chamar-se-á a attenção do Sr. Nelson para o art. 375 do Regulamento. V. Excia resol-

verá, 7-VI-915 Carlos C. (Livro de Ofícios, 1915, s/p).

Além do rigor exercido com os professores, outro aspecto relevante que nos chamou a atenção ao estudar os documentos encontrados foi a relação estabelecida pelo diretor Gonçalves Couto com os pais dos alunos, no sentido de informá-los a respeito das penalidades e da imposição da disciplina aos discentes. Tendo isso em vista, merece menção a correspondência enviada aos responsáveis por um estudante que não estava se comportando adequadamente no Grupo:

Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins, que o vosso filho [...], aluno deste Grupo, tem procedido muito mal em classe, conforme notas e comunicações de sua professora. As penas estabelecidas pelo “Código Disciplinar”- admoestação, repreensão, más notas, exclusão dos prêmios escolares, privação do recreio, reclusão na classe por meia hora, findos os trabalhos escolares – todas, pela professora, tem sido aplicadas reiteradamente (...) (Livro de Ofícios, 1919, s/p).

Nesse trecho apresentado, foi possível perceber a organização das práticas do Grupo, demonstrando que o comunicado à família ocorreu mediante várias tentativas iniciais da professora de solucionar os problemas gerados pela criança. Outro delineamento traçado por esse relato aponta para os tipos de castigos existentes no Grupo, que estavam relacionados às atividades, tempos e espaços escolares. Nota-se que o controle e intenção da vigilância sobre as condutas faziam parte do cotidiano da vida escolar e do tempo da escola.

Mediante todas essas manifestações por parte do diretor, a fim de informar com regularidade e frequência os acontecimentos do Grupo, podemos supor que essa era uma prática que visava o sucesso das atividades no estabelecimento. Os constantes ofícios, notificações e relatórios enviados por José Gonçalves Couto continha diversas informações sobre o funcionamento do GESB. Isso significaria, conforme apontou Faria Filho (2000, p. 17), muito mais que o cumprimento de uma burocracia regulamentar: exerceria uma “tarefa de dar visibilidade às escolas”.

Nesse sentido, não só o diretor era o responsável pelo controle e vigilância dos trabalhos pedagógicos. Junto a ele, os inspetores também teriam como função garantir o bom funcionamento das atividades no educandário. No Grupo Escolar Silveira Brum, as constantes visitas de oficiais e particulares delineavam os trabalhos realizados. Os relatórios das inspeções realizadas eram quase sempre elogiosos ao bom desempenho da instituição.

Para exemplificar essa situação, podemos citar o relato de Antônio Teixeira e Silva, inspetor escolar do município, de 19 de agosto de 1912 (primeira semana de funcionamento do GESB), no qual ele elogia o trabalho realizado por José Gonçalves Couto e constata que “(...) ahí, devido à competência, esforço e dedicação, se vae executando com toda regularidade o programa do ensino, verificando, além disto, boa disciplina e muita ordem”.

Alguns anos após a criação do educandário, em 1921, o diretor ainda é elogiado por Antônio Teixeira e Silva: “(...) a orientação pedagógica transmitida pelo incansável director do instituto nada deixa a desejar, debaixo de um ponto de vista geral”.

Retomando às primeiras visitas, podemos citar o relato do inspetor regional de ensino Raymundo Tavares, que visitou o Grupo em outubro de 1912, e deixou registrado que:

(...) ao lado de uma freqüência que vem representando o expoente da minha confiança que o estabelecimento vae inspirando à população local, constata-se excelente disciplina dos alunos, attestado forte a favor da direção que vae sendo dada no instituto. As aulas funcionam com toda a regularidade, e os programmas de ensino vão sendo escrupulosamente respeitados. (Relatório de Inspeção, 1912, s/p).

Dois meses após essa afirmação, e em visita novamente ao grupo, em dezembro de 1912, esse mesmo inspetor afirma que o cuidado e o zelo pela higiene do prédio influenciavam na ordem e disciplina do grupo.

É importante salientar que as impressões relatadas nos cadernos de visitas localizados sempre se preocupavam em apresentar a organização, a ordem e a disciplina dos alunos, bem como a avultada freqüência conferida nas inspeções:

Comparecendo a este Grupo, de 1º a 9 do corrente, em serviço de inspeção, verifiquei além da boa ordem, excelente disciplina, irreprehensível asseio e rigorosa limpeza, a louvável dedicação do corpo docente a este exemplar instituto de ensino, confiado á competente direcção do professor José Gonçalves Couto, incançável no exacto cumprimento de suas attribuições. S. Paulo do Muriahé, 9 de abril de 1913. Inspetor de Ensino da 11ª região, Joao Ferreira (Relatório de Inspeção, 1913, s/p)

Das recomendações apresentadas pelos inspetores para o melhor funcionamento do Grupo e orientações dadas aos professores em diferentes relatórios e momentos, destacamos as seguintes:

O programa é inteligentemente executado e apenas consigno neste uma recomendação, relativa às aulas de escripta: prestem os ditactas toda a attenção às mesmas aulas, corrigindo as posições prejudiciaes dos alumnos e procurando obter os melhores trabalhos (Relatório de Inspeção, 1913, s/p).

Faço as seguintes recomendações: inicie-se o ensino de cartografia e de desenho; (...) logo que o tempo o permitta, executem-se os exercícos de gymnastica, determinado no programma (Relatório de Inspeção, 1915, s/p).

Aconselhei ao professor a não submeter a exames os alumnos do 4º anno sem o imprescendível grau de adeantamento (...) Dei-lhe instrucções sobre a pratica dos programmas e tomei parte no desenvolvimento das respectivas aulas (Relatório de Inspeção, 1915, s/p).

Ao analisar os relatórios de visitas, podemos perceber que as inspeções particulares deram grande ênfase aos aspectos curriculares, às orientações pedagógicas, didáticas e de ensino, além de preconizar o momento correto de avaliação. Tais narrativas acabam apontando certas características da escola e possíveis pontos para correção de rumos, pois, diante dos apontamentos

deixados nesses relatórios, o diretor buscava analisar e adequar sua forma de gestar as atividades desenvolvidas no Grupo.

Além desses relatos, encontramos, em visita ao arquivo municipal, um exemplar do livro “Minas Geraes e seus municípios”, de 1916, em que o autor Roberto Capri, durante uma visita particular às escolas da cidade, apontou que

(...) o Grupo Escolar “*Silveira Brum*”, sob a competente direcção do professor José Gonçalves Couto, tem prestado grandes serviços ás crianças pobres, pois, alli, a instrucção é gratuita, o ensino é rigoroso, a disciplina enérgica e forma-se o menino para os deveres cívicos e educa-se a menina para os mais sagrados deveres domésticos. Educa-se a criança amando a pátria, respeitando as leis e obedecendo ás regras da moral. [...] Como se vê pelo exposto, a cidade de Muriahé, nesse particular, se acha em adeantado estado de desenvolvimento. O interesse que o doutor Silveira Brum empresta á instrucção pública e particular é bem patente, dada a grande disseminação de escolas por todo interior do município (...) (CAPRI, 1916, s/p).

Ainda sobre a importância conferida ao município após a inauguração do Grupo e o reconhecimento de seu diretor, encontramos outros documentos, como os relatos deixados nos cadernos de visitas do estabelecimento em que, no primeiro mês de funcionamento, diferentes visitantes deixaram registrados os seguintes apontamentos, no mês de agosto de 1912:

Feliz o povo como o de Muriahé que pode apresentar aos seus visitantes a prova evidente de sua virilidade na construcção de um tão bello edificio e em sua feliz estrella encontrar um director como José Gonçalves Couto (...) (Relatório de Inspeção, 1912, s/p).

Os mais effusivos parabéns á Câmara Municipal, pelo grande melhoramento em que dotou a cidade, e ao Governo do Estado pela inspiração que teve nomeando o

Exmo. Sr. José Gonçalves Couto, para dirigir o estabelecimento (...) (Relatório de Inspeção, 1912, s/p).

No mesmo ano, mas no mês de dezembro, outros relatos corroboram o que já estava sendo diagnosticado pelos primeiros visitantes:

Estabelecimento para honrar extraordinariamente ao Estado de Minas, como atestado de muito amor a instrução. Além de uma instalação luxuosa e higiênica, dispõe de um corpo docente idôneo e de um director, que sabe capturar os visitantes e imprimir ao Grupo uma direcção inteligente e firme (Relatório de Inspeção, 1912, s/p).

Um relatório datado de 28 de dezembro de 1912 nos chamou atenção pelo fato de apresentar o método pedagógico desenvolvido no GESB. No trecho, foi possível identificar como as lições de coisas proposta pelo método intuitivo estava sendo trabalhada. Uma equipe de visitantes particulares escreve em relatório explicando por que o educandário se configurava como um exemplo de modelo escolar:

É que nelle se conjugam e admiravelmente se casam os melhores métodos pedagógicos com a mais séria disciplina e ordem. As lições ministram-se por processos brandos e altamente profícuos fiados na intuição e analyse dos factos múltiplos que constituem a essência da escola moderna. A noção das coisas caminha da mais simples para a menos complexa, ensinando a mente infantil para dellas se apreender suavemente para a vida independente e autônoma do individuo na sociedade (...) nunca imaginamos que em quatro escassos mezes de aulas tanto se conseguisse de resultados esplendidos nesta casa (...) (Relatório de Visita de Particulares, 1912, s/p).

Outro documento de visita de particulares nos permitiu identificar como se dava a organização do tempo escolar:

Depois de percorrermos todos os salões de estudo, onde apreciei graciosos e complicados trabalhos manuaes, e outras cousas, soou, eloquentemente, a sineta que nos annunciava o recreio infantil. Instantes depois passava, em formatura elegante, a alegre criançada. A nota destaque do momento foi a continência á bandeira nacional. O que mais me admirou foi o respeito com que (...) saudaram o auriverde pendão. (...) todos os aparelhos exigidos pela pedagogia hodierna alli se encontram, no mais perfeito estado de asseio e conservação, prestando os seus relevantes serviços á causa da vida pratica (...) a mnemotechnia é observada com todo o rigor (...) (Relatório de Visita de Particulares, 1913, s/p).

A despeito dessas informações contidas nos relatórios de inspeção, cabe salientar que as mesmas são de grande valia para a compreensão de aspectos relacionados com a realidade cotidiana do Grupo. No entanto, é conveniente que tenhamos cautela na análise dos escritos localizados pelo fato de que esses relatos podem ser tendenciosos, no sentido de exaltar determinados aspectos positivos e tapar as lacunas e problemas existentes no estabelecimento. É necessário que, concomitante à leitura das inspeções, acrescentem-se outras fontes e documentos, obtidos a partir de diferentes materiais ou objetos.

Feita essa análise mais cuidadosa dos documentos, observamos que a gestão pedagógica ocorrida no Grupo Escolar Silveira Brum, nos anos de 1912 a 1930, foi responsável por delinear o perfil desse estabelecimento, desde os seus primórdios. Desse modo, o processo de institucionalização da cultura escolar e das práticas educativas, levadas a efeito pelas autoridades pedagógicas, demonstravam uma constante preocupação em manter a ordem e a disciplina no educandário.

Conforme as citações mencionadas anteriormente, podemos perceber que os diferentes gestores (diretor e inspetores) que atuaram no Grupo estavam comprometidos com a melhoria do ensino e com as condições de seu funcionamento. Isso contribuiu para o aperfeiçoamento da prática pedagógica instituída no estabelecimento, tendo em vista o propósito comum desses sujeitos de identificar os problemas e suas possíveis alternativas de solução.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, pode-se identificar que, no processo de criação e expansão dos Grupos Escolares em algumas cidades do Estado de Minas Gerais, os diretores e inspetores tiveram como função garantir que a Reforma Educacional implementada no governo de João Pinheiro, em 1906, efetivasse a escolarização em torno do projeto republicano, liberal e civilizatório, de promoção e difusão do ensino, como um meio de modernizar a sociedade para um novo tempo de “ordem e progresso”.

Nesse novo sistema de instrução, difundido por meio dos grupos escolares do Estado, a gestão pedagógica passa a ser fator relevante para o bom funcionamento dessa instituição escolar. Nesse processo, a figura do diretor e inspetor passa a ser vista como “a alma do ensino”, uma vez que se constituíram como importantes agentes de institucionalização da cultura escolar renovadora.

A presença do diretor, aliado ao trabalho do inspetor, ambos como controladores dos trabalhos pedagógicos, contribuiu para a organização de uma gestão pedagógica capaz de atuar na intercessão entre a Secretaria do Interior e os grupos escolares, no sentido de estabelecer os elementos pedagógicos necessários para a produção de uma nova escola, tanto no nível estadual quanto no nível local dos grupos. Vale ressaltar que esses profissionais ocuparam um lugar relevante nos processos de produção de uma nova cultura escolar, tanto na realidade mineira como também de outros lugares do Brasil, onde se instalou esse modelo de estabelecimento.

Em Muriaé, a inauguração do Grupo Escolar Silveira Brum estabeleceu uma nova modalidade de organização e gestão pedagógicas, capaz de atender às novas exigências sociais e políticas demandadas com a implantação do regime republicano no país.

Nesse sentido, conforme os documentos analisados, o diretor do GESB foi o principal responsável pela organização e gestão das práticas pedagógicas difundidas no educandário, tendo em vista sua presença constante e sua preocupação em cuidar para que as atividades fossem desenvolvidas de acordo com as exigências especificadas no Regulamento da Instrução de 1906. Para isso, eram feitas visitas regulares às salas de aulas com o intuito de

vistoriar o trabalho dos professores e a disciplina dos alunos. Ofícios e relatórios eram enviados periodicamente à Secretaria do Interior e trazem diversas narrativas que apresentam aspectos relacionados ao cotidiano do Grupo e à forma como a gestão pedagógica estava sendo realizada.

O trabalho dos inspetores nesse município, por sua vez, também estava em consonância com o exigido no Regulamento. Visitas periódicas eram realizadas pelos inspetores técnicos e administrativos, além das visitas particulares que também foram responsáveis por caracterizar outros aspectos da escola.

Diante do exposto, é possível perceber que a gestão pedagógica nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum se deu, principalmente, por meio do trabalho do diretor e dos inspetores escolares que, pautados na vigilância e no controle, instalavam um novo modelo de se fazer a escola, baseado nos preceitos republicanos e de uma nova cultura escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68-76.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA, M. A. de. **O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé**. Muriaé, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ, ED. Vozes, 1999.

GONÇALVES, I. A. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEREIRA, J. C. **Cultura e Vida Escolar: O Grupo Escolar de Lavras (1907-1925)**. In: **II Congresso de pesquisa e ensino em História da Educação em Minas Gerais**. Uberlândia/MG, 2002. v. 1. p. 3-142.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B.; MENEGAZZO, M. A. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa**. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, 2004.

Documentos pesquisados em Arquivos:

CAPRI, R. **Minas Gerais e seus municípios – Zona da Mata**. São Paulo, Pocaí Weiss e Comp., 1916.

REVISTA de Historiografia Muriaeense. Ano II, n. 2 – Muriaé/MG. maio 1979.

GRUPO Escolar Silveira Brum. **Ofícios enviados e recebidos da Secretaria de Educação do Estado**. 1912 a 1930. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO Escolar Silveira Brum. **Termos de Visitas Oficiais**. 1912-1927. (Arquivo Público Mineiro e Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO Escolar Silveira Brum. **Termos de Visitas Particulares**. 1913-1924. (Arquivo Público Mineiro e Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO Escolar Silveira Brum. **Relatórios do Diretor**. 1913-1919. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).